



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 6, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 6 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE. MESTRADO PROFISSIONAL

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.06.04>

Recebido em: **05/09/2020**

Aprovado em: **06/09/2020**

O PROFLETRAS enquanto política pública de formação continuada de professores de língua portuguesa

DENSON ANDR PEREIRA DA SILVA SOBRAL

<https://orcid.org/0000-0002-9411-7001>

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar o Programa de Formação em Letras (PROFLETRAS), campus de Itabaiana/SE, enquanto uma importante política pública de formação continuada dos professores de língua portuguesa em Sergipe, com base nos estudos de Montandon (2012); Barbosa e Fernandes (2017) Kleiman (1995, 2000, 2007), Oliveira (2008, 2010, 2011). Para atingir esse objetivo, adotou-se como metodologia o paradigma qualitativo de pesquisa, por meio da observação empírica de cunho etnográfico (MOITA LOPES, 1994), desenvolvida a partir da imersão no programa, na função de professor colaborador e do contato direto com os pós-graduandos, da participação em bancas de qualificação e defesa do mestrado, bem como no levantamento dos trabalhos publicados pelo programa. As reflexões apontam que o PROFLETRAS tem se configurado como uma importante agência de letramento, proporcionando, aos envolvidos no programa, vivências e experiências de ensino-aprendizagem ancoradas em práticas sociais cotidianas.

Palavras-Chave: PROFLETRAS; política pública; formação de professores.

ABSTRACT: This work aims to present the Literacy Training Program (PROFLETRAS), campus of Itabaiana / SE, as an important public policy of continuing education for Portuguese language teachers in Sergipe, based on the studies of Montandon (2012); Barbosa and Fernandes (2017) Kleiman (1995, 2000, 2007), Oliveira (2008, 2010, 2011). To achieve this objective, the qualitative research paradigm was adopted as a methodology, through empirical observation of an ethnographic nature (MOITA LOPES, 1994), developed from the immersion in the program, in the role of collaborating professor and direct contact with the students. graduate students, participating in qualification boards and defending the master's degree, as well as in the survey of the works published by the program. The reflections point out that PROFLETRAS has become an important literacy agency, providing those involved in the program with teaching and learning experiences anchored in everyday social practices.

Key words: PROFLETRAS; public policy; teacher training.

Introdução

Para iniciarmos as discussões sobre as políticas públicas para formação inicial e continuada de professores no Brasil, devemos ter em mente que as ações voltadas para esse objetivo estão inseridas nas políticas educacionais, conceito amplo que engloba tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em e para a educação (BARBOSA E FERNADES, 2017).

Sabe-se que a temática acima requer discussão aprofundada de algumas questões relacionadas à educação, o que escapa aos objetivos deste trabalho: evidenciar brevemente a importância da política pública do PROFLETRAS para a formação continuada dos professores de língua portuguesa de Sergipe.

Essa política pública de formação continuada ganhou força e destaque no escopo das alternativas para a melhoria da educação básica brasileira. É, no entanto, a partir do ano de 2007 por meio do decreto nº 6.904/2007 que lança o Plano de Metas e compromisso de Todos pela Educação, no qual o Ministério da Educação (MEC) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) assumiram a condição de agência responsável pela proposição e desenvolvimento de ações para a formação de professores da educação básica, destinando recursos para programas e projetos com vistas à qualificação e valorização da docência, nas modalidades presencial e a distância (BARBOSA E FERNADES, 2017).

Segundo Montandon (2012), as ações decorrentes das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação e, por extensão, da formação de professores deviam se sustentar, no entanto, em duas premissas, quais sejam: a) elas precisam envolver a União, os estados e os municípios; b) as ações devem ser concebidas a partir da articulação entre MEC, instituições de educação superior (IES) e as escolas de educação básica.

Nessa direção, os documentos oficiais, a exemplo da PORTARIA Nº 1.009, de 10 de outubro de 2013 que criou o PROFLETRAS em âmbito nacional foram publicados objetivando garantir a qualidade dos cursos de formação de professores por meio da “articulação entre a teoria e prática, o ensino e a pesquisa, a escola e a universidade, entre o conhecimento científico e didático” (BARBOSA E FERNADES, 2017, p. 16).

Desde sua criação o PROFLETRAS cumpre a função de letramento[1] dos professores de língua portuguesa da educação básica das escolas estaduais e municipais de todo território nacional, por extensão, dos docentes das instituições superiores atuantes nesse programa de pós-graduação, tecendo-se considerações acerca das experiências e vivências com a leitura e a escrita e a influências delas no processo de formação inicial e profissional dos agentes de letramento que participa(ram) do Mestrado Profissional em Letras.

Com base no objetivo proposto, adotou-se como metodologia o paradigma qualitativo de pesquisa, por meio da observação empírica de cunho etnográfico (MOITA LOPES, 1993), desenvolvida a partir da imersão do autor deste trabalho no programa de pós-graduação e do contato direto com os mestrandos do curso. O estudo está embasado em autores como: Montandon (2012); Barbosa e Fernandes (2017) Kleiman (1995, 2000, 2007), Oliveira (2008, 2010, 2011), por meio dos quais se explicita as categorias importantes para compreensão deste trabalho.

Para atingirmos os objetivos do trabalho, o artigo está estruturado a partir de dois tópicos. O primeiro traz uma breve discussão sobre a formação de professores no Brasil, enfocando as políticas, as contradições e as influências que a organização das políticas para formação sofre em razão das demandas sociais e econômicas. No segundo, o foco recai sobre alguns resultados alcançados pelo PROFLETRAS/ unidade de Itabaiana/SE.

1. Breve discussão sobre a formação de professores no Brasil

Conquistada a quase total universalização, a qualidade da educação e a formação dos professores passaram a ser o foco das políticas públicas propostas pelo Ministério da Educação (MEC). Essa discussão será materializada no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), conhecida como LDB 9394/96, que colocou como meta, no ano de sua criação, fazer com que, em dez anos, todos os professores que atuavam na educação básica, nos seus diferentes níveis, alcançassem a formação superior.

Essa meta não foi atingida em sua totalidade até o ano de 2006, por conta disso, o MEC continuou expandindo a oferta de programas e projetos de formação de professores. Essa preocupação pode ser constatada nas revogações do artigo 87[2] da LDB e acréscimos ao artigo 62 durante os anos de 2009, 2013 e 2017, conforme podemos verificar abaixo:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415/2017).

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela Medida Provisória nº 746, de 2016) (Vide Medida Provisória nº 746, de 2016)

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017) (Vide Lei nº 13.415, de 2017)

Ainda nesse caminho o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 coloca no eixo Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho” reforça nas metas 15, 16, 17 e 18^[3] as questões de formação específica, de formação em nível de

pós-graduação, de valorização profissional e do plano de carreira dos docentes brasileiros, reconhecendo que ainda são necessárias políticas governamentais que visem criar condições efetivas para a formação e a valorização do profissional da educação.

Essa preocupação se acentua nos dias de hoje com os resultados alcançados pelas escolas brasileiras nos exames nacionais e internacionais. Os últimos resultados apontam que o Brasil pouco evoluiu no ensino da leitura e da escrita e de matemática e ciências, sendo a formação do professor apontada como um dos gargalos para o baixo sucesso dos alunos nos exames.

1. Os mestrados profissionais: o PROFLETRAS e a formação dos professores de língua portuguesa

Criados a partir do sucesso de programas de formação docente como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nas universidades que busca(va) por meio da parceria entre escola, universidade e as secretarias de educação investir tanto na formação inicial dos futuros professores, como na formação continuada dos docentes titulares da escola, revelando-se numa importante política de educação ao aproximar as instituições envolvidas e obter excelentes resultados quanto aos objetivos do programa.

Diante do sucesso do PIBID, o MEC, por meio da Portaria nº 17/2009, que retoma a Portaria Normativa MEC nº 07/2009, definiu os MPs como cursos de pós-graduação *stricto sensu* com foco na prática profissional e que, por isso, deveriam habilitar o profissional concluinte a:

a) atuar em atividades técnico-científicas e de inovação, por meio da incorporação do método científico;

- a. possuir uma formação apropriada que o permita aplicar o conhecimento adquirido durante a formação com rigor metodológico;
- b. incorporar (mantendo-se atualizado) os avanços científicos e tecnológicos de forma a construir solução para problemas específicos no seu ambiente de trabalho. (BRASIL, 2009)

Com esses objetivos, o O Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras, curso de pós-graduação *stricto sensu*, foi organizado em Rede Nacional, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para formar professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. O público-alvo do curso são os docentes de todas as gerações de egressos de cursos de graduação em letras e que lecionam língua portuguesa no ensino fundamental.

Dentre os objetivos do PROFLETRAS, destacam-se o aumento da qualidade do ensino fundamental; diminuição das taxas de evasão dos alunos; inserção dos multiletramentos e pedagogias que garantam os letramentos compatíveis aos nove anos do ensino fundamental; qualificar e instrumentalizar os mestrandos/professores do ensino fundamental para diversas situações de sala de aula; bem como possibilitá-los a elaborar material didático inovador que lance mão, quando conveniente e relevante, de recursos tecnológicos modernos à disposição.

Como se pode observar nos objetivos acima, o PROFLETRAS busca formar professores de língua portuguesa voltados para a inovação na sala de aula e que reflita acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da linguagem presentes contemporaneamente na sociedade. Por meio dele, oportuniza-se a criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar; elaboram-se soluções para a superação de problemáticas identificadas no processo de ensino e aprendizagem do cotidiano das escolas de educação básica; bem como se oportuniza a criação de redes colaborativas de investigação sobre a formação e a atuação docente nas escolas públicas onde atuam no curso de mestrado que frequentam.

1. O PROFLETRAS/Itabaiana e sua importância na formação continuada dos professores de língua portuguesa

2.1. Alguns dados educacionais sobre a cidade de Itabaiana/SE.

Na unidade de Itabaiana/SE, tem-se, até o presente momento, mais de noventa (90) trabalhos de

conclusão Final (TCL) defendidos e outros 110 mestrados (professores da educação básica) matriculados. Os professores (mestres) que já concluíram o curso produziram dezenas de produtos educacionais para o uso na sala de aula.

O PROFLETRAS, nessa conjuntura, revelou-se como um dos importantes pilares que permite a articulação pelos mestrados dos processos de ensino-aprendizagem, uma vez que tem oportunizado várias estratégias didáticas que vêm fomentando o trabalho dos professores/mestrados, aliando-as aos estudos da linguagem, o que tem contribuído para sanar as lacunas da formação inicial dos futuros mestres, ao passo que oferece subsídios para a construção da concepção do que seja o fazer docente nos dias atuais.

Desse modo, esse programa de formação continuada vem se destacando como um dos principais agenciadores de conhecimentos teóricos e práticos na formação continuada dos professores de língua portuguesa do estado de Sergipe, suprimindo algumas necessidades profissionais das áreas ligadas à linguagem e rompendo com a fragmentação e as ambiguidades da formação inicial, pois permitiu um contato mais rápido e intenso entre o conhecimento acadêmico e prática pedagógica realizadas nas escolas, permitindo aos mestrados (professores) a apropriação e a integração de diferentes saberes que não seriam possíveis sem o programa.

Importantes intervenções e projetos pedagógicos são criados a partir das pesquisas dos mestrados. Criam diversas situações em que as leituras, as discussões e as produções de textos contribuem para a formação profissional-acadêmica e identitária dos mestrados/professores. Os produtos educacionais produzidos a partir dessas intervenções reúnem um conjunto de atividades envolvendo a língua escrita para alcançar objetivos, agregando os recursos tecnológicos, questionando-se a velha pedagogia dos conteúdos utilizada nas escolas.

Por meio de uma abordagem dialógica de ensino-aprendizagem, orientada para a transformação do contexto, são construídas ações que dão conta dos principais interesses das comunidades escolares dos mestrados. Dentre essas ações destacam-se as oficinas realizadas pelos mestrados, que lançam um novo olhar sobre o fazer pedagógico e são ancoradas na leitura e produção de textos enquanto ferramentas para agir socialmente.

O programa assumiu, pois, um caráter de comunidade de aprendizagem[4], em que os processos de ensino e aprendizagem são discutidos coletivamente, seja nas convergências, seja nas divergências sobre eles. Nesse sentido, graduandos, supervisores e coordenador, na qualidade de agentes de letramento que estão num contínuo processo de construção do conhecimento, agem colaborativamente, potencializando recursos para compreender o mundo e alcançar resultados que verdadeiramente lhe interessam. (OLIVEIRA, 2010).

Essa rede colaborativa é um dos pontos cruciais do programa que contribui para a formação inicial dos licenciandos, permitindo-lhes criar uma identidade profissional, a partir das trajetórias de letramento dos alunos das escolas públicas e dos significados que esses atribuem à leitura e à escrita, ao passo que oportuniza organizar os sentidos que atribuíam a essas duas habilidades da língua.

A partir das discussões geradas no programa foram (e estão sendo) produzidos diversos produtos educacionais que funcionam como mecanismos de ação, isto é, um instrumento de agência, impulsionador de resultados acadêmicos positivos, da convivência e da participação das famílias e da comunidade pela melhoria da coesão social, tanto da universidade, quanto das escolas públicas onde os mestrados atuam.

Ressalta-se, ainda, o fato do professor mestre do PROFLETRAS poder contribuir com a formação dos outros colegas do estado e do município de Sergipe. Somando-se a esse fato o impacto social do programa: mais de 50% dos professores faz parte do primeiro membro da família a estarem na pós-graduação. Nesse sentido, falar das contribuições do PROFLETRAS enquanto agência de letramento é falar de sua necessidade e, por conseguinte, da necessária continuidade do programa.

1. Considerações Finais

Tendo em conta essas linhas orientadoras, o PROFLETRAS configura-se como uma política pública importante para a construção de uma escola de qualidade em âmbito nacional, numa perspectiva de inclusão e de articulação com a família e com a comunidade, o programa se assume, pois, como uma comunidade de aprendizagem, em que todos os envolvidos são contemplados com discussões sobre quais ações e de como elas devem preparar os alunos de hoje para o mundo em que eles irão viver amanhã.

Neste enquadramento, o programa tem mostrado resultados para além de buscar o sucesso educativo dos graduandos, apresentando-se como uma rede de aprendizagem que pressupõe a apropriação dos princípios da aprendizagem dialógica, que buscam a transformação social por meio de ações educativas de sucesso, em função das necessidades da comunidade em geral, nas suas diversas dimensões, sobretudo, a informativa e educativa.

Esse caráter particular do PROFLETRAS tornou-o uma importante política pública de formação continuada de professores que com resultados e benefícios para a universidade pública e os docentes que dele participa, dos professores/mestrandos da educação pública que reforçam sua formação inicial e dos alunos destes que passaram a ter acesso a estratégias metodológicas que respeitam as questões identitárias relacionadas à aquisição e aos usos da leitura e da escrita, oportunizando-lhes serem indivíduos capazes de agir em novos contextos com novas ideias, configurando-se, portanto, numa importante agência de formação docente nacional.

[1] Kleiman (2007), em suas pesquisas, assevera que a escola, como agência principal de letramento, é responsável por criar um ambiente onde as “práticas sociais letradas” sejam desenvolvidas, no entanto ela é apenas uma das várias agências de letramento (Igrejas, Associações comunitárias, família, entre outras). Nesse sentido, pode-se considerar a universidade e os programas desenvolvidos nela, a exemplo do PROFLETRAS, como agência de letramento onde se criam diversas situações que as leituras, as discussões e as produções de textos se dão de maneira a contribuir para a formação acadêmico-profissional e identitária dos mestrandos e dos outros agentes de letramento.

[2] **Art. 87.** É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

[3] Para conhecimento das metas ver PNE em anexo.

[4] O conceito de Comunidades de Aprendizagem dialoga com o estreitamento das relações entre a escola e a sociedade. Comunidades de Aprendizagem dizem respeito a projetos educativos que extrapolam os limites da escola, envolvendo toda a comunidade no processo de formação de seus indivíduos (TORRES, 2005).

4. REFERÊNCIAS

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013**. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2013b. Seção 1, p. 24. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/portaria1140.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Revogado pelo Decreto nº 8.752/2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 2 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria normativa nº 7, de 22 de junho de 2009**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 2009.

KLEIMAN, A.B. **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, Angela B.; SIGNORINI, I. (Orgs.) **O ensino e a formação do professor**. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2000. 248 p. p. 223-243.

KLEIMAN, A. B. **Preciso ensinar letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005. (Coleção Linguagem e Letramento em foco).

KLEIMAN, A. B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

MOITA LOPES, L.P. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como condição e Solução, **DELTA**, v.10, n. 2, p. 329-338, 1994.

MONTANDON, M. I. **Políticas públicas para a formação de professores no Brasil**: os programas Pibid e Prodocência. Revista da ABEM, v. 20, n. 28, p. 47-60, 2012. Disponível em: <<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/viewFile/103/86>>. Acesso em: 15 maio 2017.

OLIVEIRA, M. S. Projetos: uma prática de letramento no cotidiano do professor de língua materna. In:____; KLEIMAN, Ângela B. (Orgs.). **Letramentos múltiplos: agentes, práticas, representações**. Natal, RN: EDUFRN, 2008. p. 93-118 OLIVEIRA, M. S.. **Gêneros textuais e**

letramento. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 10, nº2, 2010 (b), p. 325-346.

OLIVEIRA, M. S. **Projetos de letramento e formação de professores de língua materna**. Natal: EDUFRN, 2011.

SOARES, M. B. Simplificar sem falsificar [Entrevista]. **Guia da alfabetização**: os caminhos para ensinar a língua escrita. Segmento, n. 1, p. 6-11, 2010.

TORRES, R. M. **Comunidade de Aprendizagem**: A educação em função do desenvolvimento local e da Aprendizagem. Instituto Fronesis. www.fronesis.org. In. MEC, Tv Escola/Salto Para o Futuro – Educação Integral: Elementos para o Debate Necessário, 2005.

